

A vitória do pluripartidarismo

Em 1974, o brasileiro ainda não tinha conhecido, em toda a sua profundidade, os apertos de uma crise econômica, mas já intuía que o milagre era uma farsa, da qual uns poucos tiravam proveito em detrimento da maioria marginalizada e excluída. Esse sentimento percorreu o País de ponta a ponta e não foi preciso ninguém tocar tambor nem emitir sinais em Morse. Como que por encanto — todos silenciados pela violenta repressão policial da época —, a voz das urnas se manifestou de forma inequívoca e, então, o PMDB começou a construir sua saga.

A campanha das diretas-já, a consagração de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral e a posse do governo civil chefiado por José Sarney foram consequências dessa mensagem tácita que os brasileiros passaram uns aos outros, a partir de 1974. A mensagem — amplificada no pleito municipal de 1976 — queria dizer “basta”. E teve sua consequência maior na esmagadora vitória de seu principal pregoeiro, o PMDB, nas eleições estaduais de 1986. Para sair do atoleiro em que estava presa a economia, para assistir à moralização da administração pública e pôr fim aos monstros da inflação e da corrupção, o homem das ruas elegeu 22 governadores e uma bancada majoritária para o Congresso Constituinte entre os membros do mesmo organismo, o PMDB presidido pelo dr. Ulysses Guimarães, transformado em símbolo da resistência ao regime autoritário, em “senhor diretas”.

Em plena vigência do Plano Cruzado, o brasileiro votou na esperança, ao consagrar o PMDB nas urnas. Foi traído, no entanto. Os eficientes críticos da política econômica do regime autoritário mostraram-se incompetentes na hora de eles próprios assumirem o comando dos destinos da Nação. Mais grave ainda, o processo de corrupção, nocivo em si mesmo e em

suas consequências, não apenas não foi contido, mas chegou até a ser acelerado. A prática — contrária ao discurso — dos políticos consagrados pela votação da esperança criou um perigoso descrédito nas pessoas e nas instituições. Dois anos depois, o brasileiro não tinha por que acreditar nos políticos, nos partidos e, pior, na própria política.

Diante desse quadro de desolação, não havia por que reforçar nas urnas a hegemonia do PMDB, consagrada no ciclo histórico das eleições realizadas entre 1974 e 1986. Os que haviam comandado a resistência e depois a destruição do regime autoritário tecnocrático-militar traíram a confiança conquistada ao longo dos anos de construção do período de transição para a democracia. Dessa forma, o regime, na prática unipartidário, instituído pelo resultado anormal das eleições estaduais de 1986, teria mesmo de ruir, vitimado pelo peso de seus próprios erros. De forma semelhante à usada por ele mesmo para demolir o falso bipartidarismo da era autoritária, o regime hegemônico do PMDB ruiu quando começaram a ser abertas em todo o Brasil as urnas das eleições municipais de terça-feira.

De suas ruínas começam a aparecer as linhas-mestras de um panorama inteiramente novo na História política nacional. Pela primeira vez desde 1964, quando uma intervenção militar interrompeu a experiência democrática de 1946, o País tomou conhecimento de que a sociedade escolheu o rumo do pluripartidarismo como forma de convivência democrática. A exemplo do que havia acontecido em 1974, as pessoas, sem confessarem umas às outras suas verdadeiras intenções, compareceram pacificamente às seções eleitorais para mandar um recado à elite política dirigente, responsável pela condução e gerência dos negócios públicos nacionais: “É impossível continuar como está. Está na hora de parar!”

O PT pode festejar a vitória em cidades importantes como São Paulo, Porto Alegre e Vitória, mas, na verdade, há muitos outros comensais no banquete de comemoração da contagem final dos votos. Há de ouvir o estrondo dos rojões do PDT, eufórico com as vitórias em Natal, Curitiba, São Luís e Rio de Janeiro. Também deve fazer barulho outro vizinho do PT, o PSB, pois, afinal, a até agora inexpressiva legenda socialista lidera as apurações em Aracaju, Manaus e Macapá.

O caráter pluralista das comemorações desta semana não estaria completo sem se destacar a ressurreição do PFL, soterrado em 1986: serão suas as prefeituras de Recife, João Pessoa, Maceió e Boa Vista. O PTB também conquistou o direito de participar da festa pelos votos legitimamente depositados nas urnas de Campo Grande, Belém e Porto Velho. Nem mesmo o PDS, nostálgica reminiscência do ocaso autoritário, pode ser barrado no baile da vitória, graças aos resultados obtidos em Florianópolis e Rio Branco. A conquista da prefeitura de Belo Horizonte, no estratégico Estado de Minas Gerais, garante o ingresso dos calouros do PSDB no salão onde se brinda à vitória com taças de champanhe.

Para os nostálgicos da hegemonia peemedebista, a animada festa pode guardar alguma semelhança com o baile da Ilha Fiscal, no qual o Império dançou sua última contradança. Na verdade, porém, sobre os destroços do unipartidarismo se constrói o pluripartidarismo, que só pode ser benéfico no processo de construção de uma democracia de verdade no Brasil. O grande baile nacional da vitória, portanto, não pode ter donos: nele se comemora a saudável sagração do dissenso e da variedade, sem a qual nenhuma democracia sólida e justa é capaz de resistir à tentação autoritária.